

SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 09 de novembro de 2001 - nº 160

Privatizar Copasa e Cemig só com aprovação popular

A promulgação da Emenda Constitucional 50, que estabelece critérios para a alienação de ações de empresas públicas, foi uma vitória para o povo mineiro e, principalmente, para os trabalhadores da Copasa e da Cemig. A solenidade aconteceu no dia 29 de outubro, no plenário da Assembleia Legislativa e contou com a presença do governador Itamar Franco (PMDB), secretários de Estado, deputados estaduais e federais, os presidentes da Copasa, Marcelo Siqueira, da Cemig, Djalma Moraes, do Sindágua, Sólon Pereira, e do Sindieletro, Marcelo Correia, além de outras personalidades.

A Emenda 50 foi um importante passo contra a privatização de setores estratégicos para o desenvolvimento do Estado e ampliou a participação da sociedade nas decisões sobre a venda das estatais mineiras. Agora, para os próximos governantes privatizarem estas empresas terão que discutir com os parlamentares que deverão aprovar por maioria de 60% (48 dos atuais 77 deputados) e ainda convencer a população que, através de prebécito, dirão se querem a privatização do patrimônio do povo mineiro.

Agora é lei

Com a promulgação, a PEC nº 50, de autoria do Governador Itamar Franco, passa a ser a Emenda de mesmo número da Constituição. A nova lei teve como referência a PEC 46/2000 que se



Representantes do governo e dos trabalhadores compõem a mesa na Assembleia Legislativa

referia apenas a Copasa, de autoria do Dep. Fábio Aelar (PPB) e contou com a contribuição fundamental do relator Dep. Rogério Corrêa (PT). O relator propôs a mudança de maioria absoluta (39 dep.) para 3/5 do Legislativo (48 dep.), mais o referendo da população. Além disso, substituiu os termos Cemig e Copasa pela citação dos serviços públicos que desempenham - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e prestação de estrutura societária de empresa

para evitar manobras, como a alteração da razão social das empresas. O texto prevê, ainda, que em caso de privatização de empresa prestadora de serviço público, o adquirinte deve manter um serviço de qualidade sem perder de vista os objetivos sociais da instituição.

Assim, qualquer iniciativa de alteração na estrutura societária de empresa

públicas ou de economia mista, deverá encontrar diversos obstáculos.

Sindágua e Sindieletro juntos

Foi fundamental a atuação dos sindicatos nos dias que antecederam as comissões e votações da PEC 50. A procura diária e a conversa com todos os deputados, resultou num documento assinado pelos 77 parlamentares, se comprometendo com a aprovação da proposta.

O resultado do trabalho foi a vitória do povo mineiro. Porém, o mais importante é o que poderá representar para os serviços públicos no Brasil. Vários sindicatos do setor de energia e saneamento vem sendo informados pelo Sindágua-MG de todas as etapas e pretendem levar essa proposta a outros Estados. Algumas localidades já implantaram propostas semelhantes, como em Porto Alegre, onde a Câmara promulgou lei definindo que somente empresas públicas podem operar os serviços de saneamento.

NESTA EDIÇÃO

Mobilização em Brasília suspende a votação dos projetos de saneamento - [Página 2](#)

PCCS - Sindágua busca esclarecimentos na SPPP - [Página 3](#)

Horário flexível deve voltar com o fim do racionamento - [Página 3](#)

FGTS - Não assine nada no escuro - [Página 4](#)

Trabalhadores da Copasa falam sobre a promulgação da PEC 50 - [Página 4](#)

EDITORIAL



Nossa força está na união

A mobilização dos trabalhadores e da sociedade tem mostrado resultados positivos que estão ganhando dimensão nacional.

Participamos da promulgação da PEC 50, que é o resultado de muitas lutas contra a privatização da Copasa e da Cemig. Nós, os trabalhadores da Copasa, já tivemos inúmeras dificuldades com governos que não tinham nenhum compromisso com os serviços públicos. Agora temos a garantia constitucional de que iremos participar através do referendo popular da decisão final sobre a venda de uma empresa pública. A Emenda 50 já está sendo estudada por sindicatos de outros estados, que usarão a experiência de Minas para barrar a privatização das demais empresas públicas do país.

Outra vitória da luta popular foi adiar a votação do Projeto de Lei 4147 e do Substitutivo do Dep. Adolfo Marinho, que claramente facilitam a privatização do setor de saneamento. A união de prefeitos, vereadores, sindicatos e associações populares, abriu a discussão sobre uma política de saneamento no Brasil e impediu que fosse implantado o projeto do governo, que não agrada a ninguém, a não ser o FMI. O Brasil é um país com regiões de características e diversidades marcantes, e por isso precisa de uma política de saneamento, que contemple todos os setores da sociedade, que garanta a universalização dos serviços e não tenha o lucro como objetivo principal.

Temos que comemorar esses fatos, pois eles representam o resultado de um trabalho árduo para manter o nosso maior patrimônio natural nas mãos de seus verdadeiros donos: o povo brasileiro.

Sólton Pereira — Presidente

Entidades se reúnem em Brasília para defender o saneamento

No dia 22 de outubro, sindicatos de diversos estados se reuniram na sede do STIU (Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários de Brasília) para discutir estratégias para barrar as privatizações no Brasil.

Os setores de saneamento e energia estão organizando um Projeto de Lei popular para ser apresentado na Comissão Especial do Congresso Nacional e buscam a participação de setores que correm o risco de serem privatizados, como Correios, Petrobrás e Bancos Estaduais. Para referendar esse projeto, será realizado um Plebiscito Nacional Contra as Privatizações, em março de 2002.

Governo recua

Nos dias 23 e 24 de outubro, houve mais uma queda de braço entre o Governo Federal e os trabalhadores urbanitários. Representantes das companhias de diversas entidades se reuniram em Brasília para analisar o Substitutivo ao Projeto de Lei 4147, do Dep. Adolfo Marinho (PSDB-CE).

A pressão ao governo conseguiu suspender a votação do Substitutivo. O que foi uma vitória, já que este projeto facilita a privatização e prejudica os interesses da população.

O plenário da Câmara dos Deputados transformou-se em Comissão Geral (Audiência Pública), no dia 23, para debater os Projetos de Lei 2763/00 e 4147/01 e também seu Substitutivo. Foi

um marco da mobilização dos trabalhadores em saneamento pela manutenção dos serviços públicos. Participaram da Comissão Geral, além de parlamentares, representantes de várias entidades, entre elas o Sindágua.

Os pronunciamentos foram unânimes ao criticar o Substitutivo, e nem aos patrões e nem às entidades populares. Os representantes das companhias estaduais defenderam o projeto de trabalhadores ficaram contra o PL 4147, do Dep. Adolfo Marinho do governo e seu Substitutivo.

Além disso, as entidades apresentaram uma proposta para a realização do Seminário Nacional de Saneamento, onde será discutida a criação de um projeto que não permita a privatização do setor que seja discutido com a sociedade e que defenda, entre outras coisas, a gestão compartilhada nas regiões metropolitanas, a autonomia municipal, o subsídio cruzado e a universalização dos serviços de saneamento.

Nascimento, Sólton e Sávio participam da Comissão Geral

A mobilização continua

A Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA) reuniu suas entidades no dia 24 na Câmara de Desenvolvimento Urbano, para avaliar o trabalho de mobilização e definir as próximas estratégias.

Na avaliação da FNSA, o governo esvaziou a reunião da Comissão Especial para que o Substitutivo não fosse aprovado, porque deve estar preparando uma forma de resgatar o PL 4147.

A estratégia é continuar pressionando o governo para que o projeto não seja votado e lutar para que o Executivo Federal convoque uma Conferência Nacional de Saneamento, ampla, plural e participativa.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente Sólton Pereira - Diretor Responsável Sérgio Geraldo do Nascimento - Jornalista Responsável Janaina da Mata - MG 06487 JP - Diagramação e Arte Eliza Carlos Nicolau - Fotos: Janaina da Mata - Tiragem 9.000 exemplares - Impressão Gráfica Fumarc.

SINDÁGUA MG - Rua Congonhas, 518 - Sº Antônio - BH-MG - CEP 30.330-100 - Fone: (031) 3297-7227 FAX: 3297-7224

Sindáguia busca informações sobre o PCCS

O Sindáguia procurou a Superint. de Plan. Integre Desenvolv. de Pessoas (SPPP) para obter esclarecimentos sobre os acertos do PCCS. De acordo com informações prestadas pelo Gerente da Divisão de Carreiras e Remuneração (DVCR/SPPP), Edson Botelho, a SPPP cumpriu os prazos estabelecidos pela Diretoria, para receber e analisar as propostas de acerto de enquadramento em setembro e os ajustes funcionais do PCCS. O prazo de encaminhamento destas propostas terminou em setembro de 2001, já a análise e efetivação dos acertos funcionais, poderá se estender até dezembro de 2001.

Dos procedimentos encaminhados para análise, 833 situações foram julgadas procedentes pela SPPP e submetidas à apreciação e aprovação da Diretoria da empresa. Edson Botelho explicou que as propostas foram apresentadas à Diretoria em relações separadas, de acordo com a origem dos recursos financeiros a serem utilizados – verba de 2,5% remanescente da implantação do PCCS e verba de 50% do valor de vagas dos empregados aposentados do quadro da Superintendência. Segundo o Gerente da DVCR/SPPP por razões financeiras, a Diretoria dividiu a aprovação e a efetivação das demandas da seguinte forma:

- Setembro – Foram processados 266 acertos de enquadramento, caracterizados como sendo “mudança de carreira funcional”, que pertenciam aos grupos Téc. Aux. Adm. (TAA) e Téc. Artífices Operacionais (TAO), usando a verba de 2,5% do PCCS;

- Outubro – Foram processados 318 acertos, as mudanças de carreira que não foram analisados em setembro e os ajustes funcionais caracterizados como sendo “alteração de posição funcional”, dos grupos TAA e TAO, usando a verba de 2,5% do PCCS.

Existem ainda 250 casos a serem liberados pela diretoria da Copasa. A reivindicação do Sindáguia é que estes acertos sejam feitos já na folha de novembro e os demais casos a serem analisados sejam acertados em dezembro.

Edson Botelho informou ainda, que não serão atendidas as propostas de reenquadramento em que o empregado não cumpre a escolaridade mínima necessária para o exercício da carreira. Assim como, as situações de acerto de

enquadramento dos grupos TAA e TAO para carreiras do grupo Técnico Superior (TNS), pois exigem que os interessados sejam aprovados através de processo seletivo interno. A preocupação do sindicato é que se o empregado já estava exercendo a função sem ter a escolaridade correta, ele não pode ser prejudicado agora e deve ser enquadrado corretamente.

Questionado sobre a resposta aos ofícios enviados pelo Sindáguia, que fazem diversos questionamentos e apontam soluções para inúmeros problemas, o Gerente da DVCR se dispôs a encaminhar um documento ao sindicato ainda no mês de novembro de 2001. No documento, Edson Botelho dará uma posição a respeito das reivindicações apresentadas.

A demora em responder os ofícios cria expectativa entre os trabalhadores e dificulta ainda mais os ajustes do plano. O Sindáguia continua cobrando os acertos do PCCS e enviando as reclamações dos empregados que não foram reconhecidas pelos gerentes.

Solicitações atendidas

O Sindáguia solicitou que fossem realizados estudos e mudanças no PCCS para que ele atendesse os trabalhadores. A DVCR disse que já estão sendo feitos estudos para corrigir as eventuais distorções do PCCS, como a revisão dos requisitos para provimento de carreiras e ampliação de posições funcionais de algumas carreiras. “Com isso, queremos viabilizar o provimento de vagas e assegurar a oportunidade de crescimento profissional aos empregados” esclareceu Edson Botelho.

Os estudos já estão dando resultados e as solicitações do Sindáguia sendo atendidas. Recentemente, foi aprovada pela DRG/PRES a extensão da amplitude da faixa da tabela salarial até o padrão “L”, atingindo a todos os grupos de atividades. Esta revisão da tabela proporcionará um acréscimo de, no mínimo, quatro padrões em cada classe salarial e tem como objetivo dar oportunidade igual na concessão de progressões horizontais, quando for aplicada a política de avaliação de desempenho que será implementada na empresa. Mas, o benefício maior a ser alcançado com a nova tabela será o enquadramento de 90%, dos quase 500 empregados, que estavam fora da tabela.

O Gerente da DVCR se dispôs a encaminhar, em novembro, um documento ao sindicato esclarecendo sobre a posição atual do PCCS.

Horário flexível é interrompido temporariamente

O horário de verão começou no dia 14 de outubro e trouxe mudanças para os trabalhadores da Copasa. A empresa voltou a funcionar no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, com 10 minutos de tolerância antes os trabalhadores podiam flexibilizar a entrada e a saída em até 30 minutos.

A flexibilidade de horário foi temporariamente suspensa conforme o comunicado DRG 018/2001 e todos querem saber quando volta. A categoria tem questionado e o Sindáguia buscou esclarecimentos na Copasa para acabar com essas dúvidas.

A gerente da Divisão de Pessoal (DVPS), Lúcia Maria Aguiar Garcia, explicou o porque da alteração: “O horário não voltou à normalidade, porque o racionamento não acabou. Essa medida foi tomada apenas em função do horário de verão e a economia de energia, que pode representar até 2h e 30m no consumo, cumprindo a determinação do governo de manter o racionamento”. Lúcia Maria disse que, como está previsto no ofício, essa questão é temporária e deve mudar com o término do racionamento. “Não houve intenção de acabar com o horário flexível e a expectativa é que tudo volte ao normal quando acabar o racionamento. Até porque, isso vem sendo positivo para os trabalhadores e para a Copasa” acrescentou a gerente da DVPS.

Horário flexível - Foi implantado em junho de 1994. Ao longo desses anos, o trabalhador tem organizado seus horários e utilizado esse tempo para resolver seus problemas sem prejudicar seu trabalho. Portanto, essa flexibilidade é positiva para os dois lados. Esperamos que a Copasa cumpra sua parte e mantenha o benefício para a tranquilidade dos trabalhadores.

Depoimentos sobre a promulgação da PEC 50

Trabalhadores da Copasa falam sobre a promulgação da PEC 50 e a atuação do Sindágua neste movimento:

Ronan Sérgio Cardoso Martins
(DVBN) Aux. Téc. de RH
12 anos na empresa

“Achei ótimo, agora estou mais garantido. Geralmente a empresa privatizada não visa o lado do funcionário, só o lucro. O trabalho do sindicato foi importante, porque ele visa o trabalhador”

Leonardo Barreto Marchesotti
(DVLC) 34 anos na empresa

“Embora eu esteja me aposentando, achei ótimo para os companheiros que estão ficando. A PEC 50 dificulta a venda de um patrimônio construído pelos trabalhadores ao longo dos anos. A participação do sindicato foi muito importante, o seu trabalho foi decisivo na aprovação da emenda.”

Sebastião Oscar Filho (DVAM)
Técnico Comercial
27 anos na empresa

“Acho que foi importante para o Estado preservar as empresas estratégicas para o seu desenvolvimento e também para os trabalhadores da Copasa, pois a PEC 50 preserva de alguma forma o seu emprego, na medida que preserva a empresa.

Gilberto Gomes Ferreira
(DTSL) Supervisor Técnico
5 anos na empresa

“Dá mais segurança para o trabalhador até mesmo como cidadão, pois para privatizar a empresa precisa ter o voto da maioria dos deputados e a consulta da população. O sindicato informou os funcionários e nos deixou por dentro dos acontecimentos, essa comunicação foi muito importante para nós.”

Mas a Copasa só será preservada se atender seus compromissos com a população, para que esta seja aliada da empresa. Um sindicato só se justifica em suas lutas quando ele responde aos anseios reais dos trabalhadores que lhe dão sustentabilidade”.

Sólon Pereira
Presidente do Sindágua

“O Sindágua e o Sindieletro não mediram esforços na luta pela aprovação da PEC 50, buscamos o apoio dos deputados e só descansamos quando ela foi promulgada. Porque acreditamos que setores estratégicos, como o saneamento e a energia, não devem ser privatizados. E, com a Emenda 50, para que isso aconteça é necessário a aprovação da população e da maioria dos deputados estaduais”

Marcelo Correia
Presidente do Sindieletro

“Para nós é uma vitória. São 10 anos de luta contra a privatização, com ameaça geral para o setor elétrico, onde 23 empresas já foram privatizadas. A promulgação da PEC 50 dificulta a privatização do setor em Minas, principalmente, na parte de geração e transmissão. Além disso, pode gerar um efeito dominó capaz de frear a venda de outras estatais do setor elétrico”

Dep. Rogério Correia (PT)

“A Assembléia vanguardiou um projeto de suma importância, que vai despertar parlamentares de outros Estados para a questão do processo de privatizações levado a cabo pelo Governo Federal. Agora, a dificuldade de privatizar as estatais mineiras é muito grande. Isso é um aceno para o resto do país”

Marcelo Siqueira
Presidente da Copasa

“Parabéns aos trabalhadores da Copasa por essa vitória. Com a Emenda Constitucional 50 garantimos o saneamento para todos os mineiros e o emprego à todos os trabalhadores da Copasa, além de defender Minas das privatizações que tanto prejudicam o desenvolvimento nacional”

FGTS: Informe-se antes de assinar

No dia 05 de novembro de 2001 deu início a entrega de formulários para pagamento das correções do FGTS para aqueles que tenham ou não ações na justiça sobre a matéria. Vários trabalhadores estão assinando o termo de adesão do acordo com o governo, sem ao menos saber o que isso significa.

Primeiramente, não é necessário ter pressa, a entrega do formulário pode ser feita até 30 de dezembro de 2003. A decisão precipitada pode levar a perdas irremediáveis, pois os trabalha-

dores que assinarem o acordo não saberão quanto tem a receber e também não poderão recorrer à justiça. Além disso, para preencher o formulário não é necessário assinar o termo de adesão do governo e nem desistir da ação judicial.

O melhor a ser feito no momento é esperar. Não assine nada agora. Procure um advogado de sua confiança ou o Sindicato para saber sobre as tramitações das ações na Justiça e de que forma você poderá reaver o dinheiro que lhe é devido.